

O lugar do feminino na construção do conceito de adolescência

The place of the feminine in the construction of the concept of adolescence

Alberto Olavo Advincula Reis*, Fabiola Zioni**

REIS, A.O.A. & ZIONI, F. O lugar do feminino na construção do conceito de adolescência. *Rev. Saúde Pública*, 27(6): 472-7, 1993. São discutidas as origens do conceito de adolescência procurando explicar aspectos críticos do conceito, como a presença hegemônica do pensamento bio-naturalista e a presença de um androcentrismo nocional na sua formulação. Destaca-se a pertinência dessa discussão no sentido de contribuir para uma assistência mais adequada aos adolescentes, além de colaborar para expansão do conceito de adolescência no campo da Saúde Pública.

Descritores: Adolescência. Antropologia cultural.

Nos mais diversos campos do conhecimento, a adolescência vem se constituindo em objeto de interesse desde que as grandes transformações sociais, econômicas e culturais - que ocorreram, sobretudo, a partir da Segunda Guerra Mundial - alteraram e redesenharam, de modo radical, o perfil da moderna civilização ocidental. A área da saúde, mais especificamente, tem encampado, de maneira pioneira, diversos temas atinentes a este aspecto.

Apesar deste papel de vanguarda, a saúde tem, contudo, partilhado, com outras tantas áreas do conhecimento, do mesmo espírito de condescendência epistemológica que implica considerar, de maneira imediatamente válida, a generalidade do conceito de adolescência. Ora, um dos aspectos principais sobre o qual se apóia tal generalidade reside na extensão universal do conceito aos mundos feminino e masculino. Desta feita, parece oportuno discutir o lugar e a emergência do feminino no conceito geral da adolescência, tal como ele aparece na produção teórica da saúde.

O conceito de adolescência, amplamente aceito nessa área, foi definido na Reunião da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a gravidez e o aborto na adolescência, realizada em 1974. Assim, de acordo com a OMS¹⁰, a adolescência corresponde a um período em que:

- a) o indivíduo passa do ponto do aparecimento inicial dos caracteres sexuais secundários para a maturidade sexual;
- b) os processos psicológicos do indivíduo e as formas de identificação evoluem da fase infantil para a adulta;
- c) a transição do estado de dependência econômica total passa a outro de relativa independência.

A OMS dá por entendido "que não se impõem limites específicos à adolescência, e que este termo corresponde a uma classificação social que varia tanto em sua composição como em suas implicações". No entanto, considera o período de adolescência como aquele compreendido, aproximadamente entre os 10 e 20 anos (WIIO¹⁰, 1975).

Uma primeira leitura da definição em foco revela sua intenção essencial de contemplar as dimensões biofisiológica, psicológica e econômica que levam o sujeito humano do estado infantil ao adulto. Entretanto, esta definição oferece algumas dificuldades. No plano fenomenológico, é raro encontrar pessoas, entre 10 e 20 anos, cujas transformações biopsicossociais ocorram de modo articulado e simultâneo. Em termos da exigência de homogeneidade do objeto considerado, a definição de adolescência torna-se confusa. Com efeito, querer articular o nível biológico, aos olhos do qual todo homem é como todos os outros homens, com o nível econômico, onde todo o homem é sob certos aspectos como alguns homens, e, finalmente, com o nível psicológico, onde nenhum homem é igual a outro homem, conduz o problema a uma solução que está longe de ser alcançada.

É provável que a dificuldade de se ter uma definição mais coesa reside no fato de a saúde pública, que pode ser compreendida como campo de composição de várias práticas heterogêneas, não pos-

* Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - São Paulo, SP - Brasil

** Departamento de Prática em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP - São Paulo, SP - Brasil

Separatas/Reprints: A.O.A. Reis. Av. Dr. Arnaldo, 715 - 01246-904 - São Paulo, SP - Brasil

Edição subvencionada pela FAPESP. Processo Medicina 93/0208-5.

suir nenhuma espécie de teoria própria no interior da qual seus objetos possam ser devidamente conceituados. Em virtude disso, impõe-se a tarefa de proceder a um exame dos campos de conhecimento tangenciais ao da saúde que fornecem subsídios à formulação de sua idéia de adolescência.

A antropologia social vem, desde os anos 30, oferecendo contribuições significativas à saúde ao centrar na sociedade o princípio de explicação do indivíduo. Em linhas gerais, ela afirma que, quando são poucas as divergências entre o conjunto de normas sociais impostas às crianças e aos adultos, a passagem para a vida adulta ocorre sem atropelos. No caso de sociedades onde a cada grupo etário correspondem papéis diferenciados, essa passagem será marcada por períodos de transição mais ou menos nítidos que poderão implicar ritos de passagem, dramatização episódicas, conflitos intra e interindividuais*. Ao questionar a leitura "naturalizada" da etapa conhecida como adolescência, a antropologia considera que essa fase corresponderia mais a um fenômeno cultural do que a uma inevitabilidade biológica. Em outras palavras, os comportamentos considerados como "naturais" na adolescência estariam mais ligados aos padrões culturais do que a determinadas condições fisiológicas (Benedict³, 1952).

A teoria culturalista da antropologia, além de promover um enriquecimento conceitual pela adição do social à idéia de adolescência, criou, ainda, algumas condições intelectuais que permitiram uma depuração do referido conceito. Esta depuração se realizou através da superação dos aspectos bionaturalistas que intoxicavam a noção de adolescência. De fato, tais aspectos funcionavam como obstáculos, posto que consistiam em produtos de uma subjetividade projetada no instrumento do pensamento objetivo que é o conceito. Em suma, para uma cultura em que a paixão do visível constitui um dos traços essenciais de sua subjetividade, o destronamento da dimensão biológica promovida pela corrente sociocultural da antropologia pode ser, genuinamente, considerado como um progresso da razão.

Tem-se, assim, que os fatos evidentes agrupados sob as noções de puberdade e pubescência só adquirem valor e significado quando interpretados

socialmente. A adolescência pode ainda ser, em certas sociedades, ignorada ou, ao contrário, em outras, ser valorizada a ponto de mobilizar e catalisar em torno de si vastos setores dos comportamentos organizados do conjunto da sociedade. Decorre daí, ainda, que os eventos biopubertários, que marcam caracteristicamente tanto os meninos como as meninas, podem ser tratados, em nível social, de maneira bastante diferenciada pelas cerimônias ritualistas que celebram, em última instância, a adolescência.

A despeito das conclusões desses estudos antropológicos apontarem para a não naturalidade do fenômeno da adolescência como para a ausência de obrigatoriedade, de especularidade e contemporaneidade entre a adolescência masculina e feminina, a cultura ocidental parece afirmar a existência de uma certa simetria na adolescência dos gêneros. Em oposição a esta noção de correspondência simétrica pode-se também aventar a idéia de que somente o atual estágio de abstração do conceito (associado à ênfase dada à chamada "base fisiológica" da adolescência) é que tem permitido sua extensão universal ao gênero. Em outros termos, haveria algo de inadequado no conceito de adolescência, quando aplicado indistintamente ao universo geral dos gêneros masculino e feminino.

Tal inadequação estaria assentada no fato de a idéia de adolescência, no Ocidente, ter sido construída, essencialmente, a partir da consideração e da compreensão do conjunto histórico das experiências masculinas. Desta forma, dado que este androcentrismo nocional não está sendo apreensível nas formas atuais, abstratas e depuradas do conceito, faz-se necessária uma investigação de orientação genética. Confirmando esta necessidade, uma tendência crítica da antropologia atual aponta para o fato de que, apesar de importantes e pioneiras, as descobertas das teorias culturalistas versaram, prioritariamente, sobre a visão e a experiência masculinas dessas culturas, "como se tal experiência refletisse o todo cultural" (Mota⁸, 1980). Para discriminar essa questão torna-se fundamental entender - ainda que de maneira panorâmica - como criança e adolescente se constituem enquanto objeto de reflexão.

Gênese da Infância e da Adolescência

De acordo com os historiadores das mentalidades, até o Século XVIII a sociedade via mal a criança e, pior ainda, o adolescente (Aries², 1978). Para Aries, essa idéia confirmou-se quando a pesquisa histórica se revelou capaz de demonstrar que - embora em períodos anteriores à Idade Média tenha existido uma organização da comunidade

* A cultura ocidental moderna - muito embora registre, de maneira manifesta, um padrão de graduação de idades - não forjou ritos e/ou procedimentos culturais explícitos e formais que marcassem as mudanças de "papéis" e "status" sociais em função da idade. Provavelmente, nesse caso, tais ritos foram substituídos por dramatizações psicológicas, vividas individualmente, capazes de levar o sujeito a um processo de redefinição pessoal em função das exigências sociais.

por classes de idade - dessa época até o Século XVIII, a cultura ocidental abolira as distinções etárias. Na Idade Média, a socialização, no interior das corporações, introduzia a criança no mundo adulto, dissolvendo paulatinamente as classes de idade. Assim, a própria noção de idade deixou de ser critério social significativo.

Com as drásticas mudanças socioeconômicas do Século XVIII, a escola substituiu a corporação em seu papel instrumentador e socializante. Através da escola a criança separou-se do adulto, o que permitiu que a noção de idade e de infância assumisse uma dimensão social mais significativa. Nesse período, o conceito de infância passou igualmente a se caracterizar pela sua longa duração. A extensão da infância implicou que, ao seu final, a criança entrasse diretamente no mundo adulto. Posteriormente, à sombra de duas instituições - a escola e o exército - veio a germinar a noção de adolescência, criando uma forma de transição entre o "homem" e o "menino".

Até o Século XVIII, a escola organizava-se de maneira bastante diferente da atual: significava mais abrigo de estudantes pobres do que instituições de ensino. Contudo, as exigências do Século XVIII inspiraram um movimento disciplinador, cuja extensão transformou a escola da época em um colégio encarregado do ensino, da vigilância e enquadramento da juventude. O primeiro passo desse movimento foi separar as crianças menores das mais velhas, permitindo a identificação de uma fase cronologicamente posterior à infância, de preparação à vida adulta: a adolescência.

Processo semelhante ao da escola ocorreu entre os oficiais no exército do Século XVIII. Para as hierarquias inferiores, a situação somente seria revertida após a Primeira Guerra Mundial. Daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. Assim, a adolescência, figura do Século XIX e do início do Século XX, teve na escola e no exército seus elementos concretos de formação. De maneira mais precisa, foi através da observação das experiências dessas duas instituições que a sociedade moderna pôde compor uma nova realidade psicológica, a adolescência.

Dessas instituições - do exército e da escola - as mulheres estiveram, durante muito tempo, excluídas. Na atividade castrense, as mulheres somente se incorporaram, mutiladas, na imaginação épica dos homens, através das fabulações amazônicas, ou, então, na realidade emblemática de uma virgem salvadora, incapaz, contudo, de escapar ao estigma feminino da feiticeira: Joana D'Arc. Na guerra e no exército moderno, a elas foi permitido uma participação auxiliar nos corpos médicos. Florence Nightingale, no campo de Scu-

tari, talvez tenha sido a primeira expressão desta modernidade. A participação feminina nas guerras contemporâneas veio, naturalmente, se dar fora do contexto da sociogênese da adolescência.

Não se discutem as razões nem as eventuais vantagens desta exclusão, mas tão somente as consequências referentes ao fato da exclusão feminina de instituições através das quais se operou uma nova repartição do ciclo de vida do homem ocidental. Excluídas do exército, as mulheres também o foram, por muito tempo, da escola. Quando tiveram acesso a essa instituição, foram mantidas, em sua maioria, fora de um verdadeiro processo de escolarização, constituindo um maciço bloco social que entrava diretamente para a vida adulta*.

Infância e Adolescência no Brasil

No Brasil, mais lento e ainda mais recente, o processo de constituição da adolescência esteve atrelado às características de sua formação social. As distinções entre os tempos de vida, notadamente entre a infância e a idade adulta, dos escravos machos e fêmeas, dos homens e das mulheres brancas, ocorreram quase no beiral do Século XX, numa outra cadência e seguindo determinações relativamente diferentes das da Europa, embora guardassem características globais análogas às das de lá.

Enquanto na Europa do Século XIX, o sentimento moderno de infância já havia há muito se instalado e se difundido e a adolescência começava a despontar diferenciando-se da criança, vários viajantes, que naquela época estiveram no Brasil, destacavam o "ridículo da vida brasileira", visto que "os meninos desde os nove anos trajavam-se como homens feitos e tinham como meta a de se sifilizarem o mais breve possível" (Freyre⁷, 1966)**. Mota⁸ assinala que, para a criança escrava a idade de cinco anos marcava o término da infância.

Longe da disciplina da escola e da necessidade da força organizadora do exército, o brasileiro tinha, ao contrário do europeu, nos ensaios do mando senhorial e na obediência do trabalho escravo a escanção dos tempos de vida. É assim que o filho

* Posteriormente, estabeleceu-se o costume de enviar as meninas às instituições religiosas com objetivo de inculcar-lhes, tão somente, instrução devota e "savoir faire" doméstico. A incultura constituiu um legado que a maioria das mulheres, deixada fora da escola, transmitia de geração em geração.

** Cerca de um século depois, meninos e meninas brasileiras assemelham-se aos "adultos miniaturas" à época do "Ancien Regime".

do Senhor de Engenho, chamado de menino diabo, até os 10 anos exercitava-se, através de jogos brutais, nos exercícios do jugo, enquanto o filho do escravo ensaiava, nas cozinhas das casas grandes, o exercício da escravidão. A partir dos 10 e 12 anos entravam ambos, cada qual com sua sina, no mundo dos adultos.

Quanto às mulheres, era comum casarem-se cedo. Se os 12 e 13 anos constituíam a norma, não era raro que o aristocrata escravagista permitisse, infringindo suas próprias leis, que suas filhas se casassem até com oito anos. Na educação, a elas dispensadas, observava-se um atraso de um século ou mais sobre a norma europeia. Das sinhas-moças, só se esperava o casamento. Deste modo, elas não só desconheciam a instituição escolar, como muitos pais, em casa, impediam-lhes o acesso às primeiras letras. Criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, elas viviam sob a mais dura tirania dos pais, depois substituída pela tirania dos maridos.

Segundo Freyre⁷ (1966), as belas meninas, cuja primeira comunhão marcava a entrada na vida adulta, tornavam-se, muito cedo, feias matronas de dezoito anos, carregadas de muito ouro, braceletes e pentes. Mrs. Graham, na Bahia, nos anos de 1821 a 1823, julgava-as "almost indecently slovenly after very early youth" (Freyre⁷ 1966). De fato, o envelhecimento precoce das brasileiras devia-se, entre outras razões, à higiene escassa, à alimentação desequilibrada, à maternidade precoce e desassistida, à indolência e à mandriice que o sistema social escravocrata impunha como norma ao corpo feminino.

Quanto à menina escrava, sua situação pode ser inferida da leitura de um manual de fazendeiros do Século XIX, segundo o qual a parte mais produtiva da propriedade escrava era o ventre gerador. Desta forma, o próprio interesse econômico favorecia uma vida sexual precoce e promíscua para as meninas negras, na medida em que suscitava, nos proprietários, imoderado desejo de possuir o maior número de crias (Freyre⁷ 1966).

Escravas negras ou brancas livres, em condições sociais distintas, entravam no universo do sexo e da reprodução biológica em igual compasso e sob um registro onde primava a ausência de toda e qualquer valorização especial. Essa situação de não reconhecimento se transformará, "a partir do momento em que a criança pequena e a mãe irão entrar na mira do movimento higienista" (Civilletti⁴, 1991).

A visibilidade da mulher e da criança e o movimento higienista

Tanto no Brasil como na Europa, o conceito de adolescência pode ser entendido como "masculi-

no" porque se constituiu a partir de experiências históricas concretas das quais as mulheres encontravam-se excluídas. No Brasil, a inclusão feminina no âmbito de experiências socialmente valorizadas e, conseqüentemente, dotadas de visibilidade, foi inaugurada pelo movimento higienista que criou condições - pelo menos parciais - para que, posteriormente, o conceito de adolescência fosse estendido ao mundo das mulheres. A contribuição dos higienistas para essa extensão - que não significou desmasculinização do conceito - deve-se ao fato de que foram eles que tematizaram a situação social da mulher, ao se encarregarem de promover a transformação do modelo familiar brasileiro, principalmente em sua versão urbana.

No modelo familiar colonial urbano, a mulher da casa senhorial desempenhara um papel relativamente ambíguo dado que, apesar de analfabeta ou de poucas letras, sem experiências fora do âmbito doméstico, a ela cabia o papel de administradora dessa "casa grande" "citadina", cuja função social extrapolava o simples abrigo familiar. Fechada dentro de casa, descuidada e não reconhecida pela sociedade, responsável por deveres muitas vezes superiores às suas condições etárias, contraditoriamente, a mulher representava uma peça chave na manutenção de uma determinada forma de vida social, papel esse mais complexo do que aquele que as relações sociais do tipo patriarcal fazem supor à primeira vista. A sociedade urbana do Século XIX - alvo da atenção higienista - ainda se inspirava no padrão colonial caracterizado pela auto-suficiência da propriedade rural, que havia transposto para o meio urbano a casa senhorial e toda as relações sociais que se desenvolviam no seu interior. A casa brasileira, até meados do Século XIX, era um misto de unidade de produção e consumo. Boa parte dos víveres, utensílios domésticos e objetos pessoais necessários a uma família eram fabricados na própria residência. A mulher gerenciava esta pequena empresa e se encarregava de suprir o escasso mercado de serviços da cidade. A dona de casa era enfermeiro, médico, sacerdote e professor, representando, de certa maneira, a submissão da cidade à família (Costa⁵, 1979).

Como decorrência deste fato, propiciava-se a perpetuação do modo de vida colonial que criava parentes no lugar de cidadãos. Essa situação por sua vez, não se apresentava como desejável para a conjuntura econômico-social dos meados do Século XIX. Em outras palavras, para transformar um agregado de propriedades rurais, regidas por interesses locais e voltadas exclusivamente para o comércio com a Metrópole, em um país dotado de um mínimo de integração, era necessário o desenvolvimento de um novo tipo de representação social sobre a maneira de se "viver a vida". Era ne-

cessário, entre outras medidas, a criação de um outro padrão de relações familiares (Zioni Gomes e Adorno¹¹, 1990).

A responsabilidade pela criação dessa nova família coube à "Higiene, entendida como parte da ciência médica que nos dá os preceitos e as regras necessárias, tanto à aquisição como à conservação da saúde e se referem a exercícios, banhos, sonos, paixões [...], enfim, ensina a evitar coisas nocivas e a fazer bom uso das coisas úteis" (Costa⁵, 1979). Para a normatização da vida cotidiana, a partir de condutas entendidas como naturais e, portanto, desejáveis, o movimento higienista centrou sua atenção sobre a mulher.

A esposa que, no modelo familiar colonial, debruçava-se sobre a administração da casa, descuidava-se da prole que ficava sob os cuidados dos escravos. Este tipo de relações familiares não parecia adequado à conjuntura político-econômica de ruptura do pacto colonial. O Estado brasileiro - em vias de formação - buscava criar condições tanto para um projeto agroexportador em moldes concorrenciais como para a formação de uma unidade nacional que substituísse a antiga relação proprietário de terra/metrópole. Para isso, servia-se do processo de higienização segundo o qual a escrava jamais seria o ator adequado para desempenhar o papel de disseminador de novos valores. Longe de ser vista como promotora de uma vida regrada e saudável, esta passou a ser encarada como um dos antigos "maus hábitos" que deveriam ser eliminados das residências. A casa higiênica foi um dos triunfos médicos na luta contra a família clássica, em favor da mulher e das crianças" (Costa⁵, 1979).

Ao expulsar miasmas, insetos e escravas de dentro da casa, a mulher - inspirada pela Higiene - abandonou suas antigas funções produtivas internas e abraçou sua prole, transformou-se, assim, em mãe "amantíssima" de filhos criados para uma vida mais pública, mais urbana e menos doméstica. A higiene forneceu, portanto, modelo e argumento para que houvesse uma separação entre o domus e a polis, imprimindo a necessidade de construção de um elo de transição que ligasse a vida doméstica à vida pública, à vida econômica e política. Esta passagem era, necessariamente, um tempo de preparação, durante o qual a criança brasileira se desprendia dos braços maternos antes de ingressar no mundo adulto.

O processo de passagem, do qual emerge a figura da adolescência, foi, presumivelmente, aqui também, uma experiência masculina. De fato, o mundo externo à casa era o da produção, do qual a mulher se retirara ao se dirigir para uma casa vazia de escravos e miasmas e repleta de filhos. Observa-se, pois, o processo contraditório que presidiu a emergência da adolescência: em primei-

ro lugar foi o processo - de origem social - que permitiu que, em nível do conhecimento, mulher e criança se tornassem entidades biológicas específicas, passíveis de investigação e cuidados. Depois, o interesse pelo campo materno-infantil propiciou a emergência da adolescência ao cindir a vida pública e a doméstica. Contudo, a separação, do interior da qual surge a adolescência, veio tingi-la com as cores da masculinidade, uma vez que, tendo sido os homens os agentes destinados à produção, a eles foram alocados os rituais de passagem da domus para a polis.

Considerações finais

Ao se reconstruir as origens do conceito de adolescência verificou-se o peso do aspecto biológico/natural enquanto pode representar um obstáculo à necessária abstração conceitual. Um segundo empecilho residiria no que, aqui, se denominou "androcentrismo nocional", ou seja, a consideração imediatamente válida do conceito de adolescência mesmo sendo este resultado da extensão universal das experiências limitadas ao gênero masculino. A dimensão feminina do conceito de adolescência perde-se ou se enfraquece quando se efetua uma extensão abusiva aos gêneros. A recuperação da dimensão do feminino, além de se colocar como desafio para aqueles que se preocupam com o conhecimento e as práticas desenvolvidas em relação à adolescência, significa, provavelmente, um amplo remanejamento do próprio conceito em questão.

Quando se tem em perspectiva o quadro particular da produção teórica brasileira cabem algumas considerações adicionais acerca da discussão envolvendo o processo de reconstrução do conceito de adolescência. No Brasil, a compreensão dos temas de saúde pública sofreu um certo remanejamento, principalmente, a partir da década de 70. Até então, a primazia de uma mentalidade naturalista, transparecendo, por exemplo, na ênfase biológica apenas o conceito de adolescência, era incontestável (Rosen⁹, 1958). Tendências de transformação começaram a se manifestar no seio deste pensamento tradicional (cujas origens remontam aos êxitos advindos da aplicação no campo da saúde pública das grandes descobertas da era bacteriológica) quando, a partir dos anos 70, um elenco de questionamentos foram introduzidos neste campo de interseção disciplinar (Adorno¹, 1992).

Dentre as mudanças operadas no destronamento, relativo, da centralidade naturalista do pensamento sanitário, destacam-se a emergência da discussão sociológica relativa aos determinantes do processo de saúde e doença e da análise das

ciências políticas acerca das práticas de saúde pública, desvelando-as como forma de controle político-ideológico (Foucault⁶, 1982). Essas reflexões foram, assim, desenvolvidas no contexto de transição das formas institucionais do Estado brasileiro e reinvidicações de massa por mudanças sociais e pelo estabelecimento de direitos plenos de cidadania.

Em tendo em conta este breve cenário, o presente artigo preocupou-se em adicionar um outro tipo de reflexão apto a introduzir uma nova modalidade de contribuição das ciências humanas para a discussão acerca da adolescência na medida em que esta se define como objeto e campo do pensamento e práticas da saúde pública. São exemplos deste cuidado a contemporânea tematização do gênero e a recuperação da teoria culturalista atualizada pela antropologia aliadas à incorporação da "história das mentalidades" na compreensão da adolescência enquanto fenômeno inscrito no campo da saúde pública. A investigação genética do conceito de adolescência constitui, assim, uma tentativa de procurar em suas origens e vicissitudes a explicação para aspectos nodais da elaboração teórica que podem implicar limites ou problemas para a própria assistência sanitária ao adolescente.

REIS, A.O.A. & ZIONI, F. [The place of the feminine in the construction of the concept of adolescence]. *Rev. Saúde Pública*, 27(6): 472-7, 1993. The origins of the concept of adolescence are discussed with a view to explaining certain of its critical aspects such as the predominance of bio-naturist thought and notional androcentrism in its development. The discussion of this

theme seeks also to contribute to a more adequate assistance to adolescents as well as to an enlargement of the concept of adolescence as related to the field of Public Health.

Keywords: Adolescence. Anthropology cultural.

Referências Bibliográficas

1. ADORNO, R.C.F. A trajetória do movimento e da participação: a conduta dos atores sociais em saúde. São Paulo, 1992. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da USP].
2. ARIES, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
3. BENEDICT, R. *Patterns of culture*. Boston, Sentry Edition, 1959.
4. CIVILETTI, M.C.P. Cuidados às crianças pequenas no Brasil escravista. *Cad. Pesq.*, (76): 31-40, 1991.
5. COSTA, J.F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
6. FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
7. FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 13. ed. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Ed., 1966.
8. MOTA, C.N. da. Por uma antropologia da mulher. *Rev. Encontro. Civiliz. Bras.*, (26): 31-48, 1980.
9. ROSEN, G. *A history of public health*. New York, MD Publication, 1958.
10. WORLD HEALTH ORGANIZATION. MEETING ON PREGNANCY AND ABORTION IN ADOLESCENCE. Geneva, 1974. *Report*. Geneva, 1975. (WHO Technical Report Series, 583).
11. ZIONI GOMES, F. & ADORNO, R.C.F. Crescimento e desenvolvimento na prática dos serviços de saúde pública: revisão histórica dos conceitos de criança. *Rev. Saúde Pública*, 24: 204-11, 1990.

Recebido para publicação em 10.5.1993

Aprovado para publicação em 15.9.1993